

APRESENTAÇÃO

Na edição número 31, volume 13 (dezembro de 2018) da *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária* foram publicados 12 artigos e 1 Relato de Experiência com temáticas da questão agrária brasileira, trabalhos que discutem a participação das mulheres na luta pela terra, a concentração de terras e conflitos fundiários, os conceitos de *labor grabbing* e *land grabbing* na constituição regional brasileira, artigos relacionados às políticas territoriais no campo brasileiro, embates entre o agronegócio x a agricultura camponesa/familiar, questões relacionadas à educação do campo e o uso dos agrotóxicos.

No primeiro artigo “Social movements of women seen through social management theory: a study of the academic literature on social movements with participation of women in Tocantins” de Helga Midori Iwamoto, Airton Cardoso Cançado e Mário Vasconcellos Sobrinho, os autores tem como objetivo compreender se as formas de organização de grupos de mulheres reproduzem os ideais da administração estratégica tradicional ou trazem consigo as práticas, princípios e objetivos vinculados à gestão social.

Em “Semiárido, seca e “gerais” do Norte de Minas: uma revisão da bibliografia sobre o Alto-Médio São Francisco”, de Gildarly Costa da Cruz, Eduardo Magalhães Ribeiro e Flávia Maria Galizoni, os autores tem como objetivo descrever, por meio de uma revisão bibliográfica, as características e singularidades da região dos gerais da margem esquerda do Alto Médio rio São Francisco, no semiárido de Minas Gerais. Tal revisão teve como ponto de partida o Semiárido brasileiro e os conflitos relacionados a concentração de terra, a fim de observar como o processo de ocupação, os regimes agrários, a convivência com os frequentes períodos de seca e como este cenário foi completamente modificado a partir da década de 1970 com a concessão de terras do

Estado para a modernização da agricultura, afetando significativamente a relação das famílias rurais com este ecossistema, principalmente nas questões relacionadas ao acesso a água.

No artigo “Arqueologia da questão agrária no Brasil: do labor grabbing ao land grabbing” de Cássio Arruda Boechat, Carlos de Almeida Toledo e Ana Carolina Gonçalves Leite, os autores procuram repensar a trajetória histórica de constituição das regiões no Brasil por meio de uma dupla conceituação acerca dos procedimentos de expropriação, centrados ora na escravidão (*labor grabbing*) ora na apropriação privada da terra (*land grabbing*). Com isso, buscam produzir uma abordagem teórica sobre a constituição da questão agrária no Brasil como decorrente do processo que, por meio da integração nacional, busca tratar a região como problema a ser solucionado.

Em “Território Açu-Mossoró: limites e possibilidades das políticas territoriais rurais no Rio Grande do Norte” de Vinícius Rodrigues Vieira Fernandes, Antonio César Ortega e Clesio Marcelino de Jesus, são analisados os limites e as possibilidades das políticas públicas de desenvolvimento rural como forma de reduzir as desigualdades e promover dinamismo socioeconômico no Rio Grande do Norte, tomando-se como estudo de caso o território Açu-Mossoró. Os autores concluíram que no Rio Grande do Norte a estratégia territorial rural apresenta limites para estabelecer uma experiência exitosa de desenvolvimento.

No artigo “Desafios para o desenvolvimento territorial rural no assentamento João Batista II, Castanhal, Pará” de Jose Antônio Guilherme, Gilberto de Miranda Rocha e Adolfo Oliveira Neto, os autores discutem os aspectos relacionados ao desenvolvimento territorial em área de reforma agrária, tendo como base o Projeto de Assentamento João Batista II, no município de Castanhal, Estado do Pará, com foco no histórico de produção

e organização social em dois principais momentos, o acampamento e o assentamento.

Em “A segunda SUDECO no desenvolvimento da região da faixa de fronteira do Centro-Oeste brasileiro”, Walter Guedes Silva e Mateus Boldrine Abrita discutem a atuação da segunda Sudeco no desenvolvimento da faixa de fronteira do Centro-Oeste, uma região composta por setenta e dois municípios dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pois, diferente da primeira Sudeco (1967-1990) que pouco desempenhou o papel de órgão de planejamento regional, a segunda Sudeco tem a difícil tarefa de articular as políticas e os planos de desenvolvimento regional do Centro-Oeste.

No artigo “A configuração territorial da cajucultura cearense: uma análise dos circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação da cajucultura no município de Pacajus” de autoria de Kailton Jonatha Vasconcelos Rodrigues e Denise Cristina Bomtempo, a cajucultura é analisada a partir de sua configuração territorial, da ação dos agentes envolvidos neste setor, bem como, seus fluxos, e a configuração dos circuitos espaciais da produção unidos aos círculos de cooperação, cujas atividades se desenvolvem por meio dos processos relativos ao desenvolvimento, à produção e à comercialização dos produtos oriundos da amêndoa da castanha (ACC) e do pedúnculo do caju, além das relações para com o mercado interno e externo.

Em “O drama camponês no Cerrado sul maranhense: conflitos socioterritoriais no campo em Balsas-MA” de Ademir Terra e Vanderson Viana Rodrigues é analisado o processo de mudança no modo de vida da população local com a chegada de novos moradores ao município, pois trouxeram consigo culturas, hábitos e tradições oriundos da sua terra natal, no sul do país. A territorialização desse novo ator social fez emergir novos e contundentes conflitos socioterritoriais que seguem até os dias atuais e se tornam cada vez mais complexos, ou seja, a nova atividade desenvolvida no campo, além de não

incluir os camponeses, provoca mudanças quantitativas e qualitativas significativas no meio ambiente e na sociedade.

No artigo intitulado “Êxodo rural dos agricultores familiares na região do Catongo no município de Itajuípe/Bahia”, Maria Aparecida Nascimento Santos, Sayonara Cotrim Sabioni e Fabrício Pereira Silva buscaram evidenciar as particularidades do fenômeno do êxodo rural, dentre os agricultores da região do Catongo, estado da Bahia. Como resultados, observaram uma evasão de 80% das famílias, que abandonaram o campo em busca de emprego e melhores condições de vida na cidade, motivados pela redução do cultivo do cacau na região, pelo envelhecimento dos proprietários e pela falta de sucessores na gestão da propriedade, pois os jovens do campo mudaram-se em busca de emprego.

Em “Custos de transação no mercado do leite da agricultura familiar no município de Caiçara – RS”, Claudia Maria Prudêncio de Mera, Angelo Paloschi e Tamara Silvana Menuzzi Diverio analisaram os custos de transação que incidem nas relações entre agricultores familiares e os agentes do mercado do leite no município de Caiçara-RS, devido a necessidade do produtor se especializar e realizar investimentos visando dar continuidade no desenvolvimento da atividade leiteira, muitas vezes sem conhecer o contexto de mercado no qual está inserido, gerando custos de transação no mercado.

No artigo “As contradições do cerceamento das políticas públicas para a educação do campo em Três Lagoas (MS): Escola Estadual Afonso Francisco Xavier Trannin e Escola Municipal Profª. Elma Garcia Lata Batista” de Francielle Rodrigues de Macedo Sanches e Sedeval Nardoque é abordado sobre a forte industrialização ocorrida nos últimos anos e que tornaram as escolas rurais alvos de empresas do setor de celulose. O trabalho teve como objetivo analisar as políticas públicas e toda a sua articulação para efetivação de ações dos governos federal, estadual e municipal e se estas ações estão em

consonância com os princípios norteadores e direitos da educação dos sujeitos do campo, na Escola Estadual Afonso Francisco Xavier Trannin (Distrito Arapuá) e na Escola Municipal Profa. Elma Garcia Lata Batista (Distrito de Garcias), situadas no município de Três Lagoas (MS).

Em “Logística reversa de embalagens de agrotóxicos” de Miguel Antonio Rodrigues, João Batista Lopes e Elaine Aparecida da Silva, os autores analisaram as Leis, Decretos e produção científica acerca da logística reversa de embalagens de agrotóxicos, devido ao crescimento da uma prática comum de uso de agrotóxicos para melhoria da produtividade nas unidades produtoras agrícolas, gerando resíduos que causam impactos ambientais negativos.

Por fim, o Relato de Philippe Stéphanou Gonçalves Corrêa, Paula Wenceslau, Eridani Vasconcelos e Thiago Assis intitulado “Contextualização da agricultura familiar: um relato de experiência” teve como objetivo descrever o contexto de vida, social e econômico de uma família de agricultores familiares que residem em um sítio, na zona rural do município de Lavras/MG, onde foi investigado seu modo de vida e trabalho com a perspectiva de correlacionarem a teoria à prática, por meio dos ensinamentos teóricos estudados por autores clássicos que abordam os temas envolvidos à agricultura familiar e campesinato.

Boa leitura!

João Cleps Junior.
Natália Lorena Campos

Uberlândia-MG, dezembro de 2018.